



EDITAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM – QUIPREV. EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº

Processo nº 16.001/2017-TP
Modalidade: Tomada de Preços
Data da Emissão: 17 de agosto de 2017.
Data da Licitação: 06 de setembro de 2017
Hora da Licitação: 09:00hs
Tipo da Licitação: Menor Preço Global
Unidade Administrativa: Instituto de Previdência-QUIPREV.

A Prefeitura Municipal de Quixeramobim/Ce, por intermédio de sua Comissão de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados que em sua sala, na sede da Comissão de Licitação, na Rua Monsenhor Salviano Pinto, 707 – Centro, fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no tipo e regime supracitado, para atendimento do objeto desta licitação, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, suas alterações posteriores, legislações pertinentes e demais condições fixadas neste Edital.

Na data, hora e local indicados neste Edital a Comissão de Licitação receberá dos participantes deste certame, simultaneamente, 02 (dois) envelopes, sendo:

Envelope nº 1. Documentos de Habilitação;
Envelope nº 2. Proposta de Preço;

1.0. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Edital é para Contratação de serviços especializados em assessoria administrativa e previdenciária e licenciamento mensal de software de gestão previdenciária para atender as necessidades do instituto de previdência dos servidores do município de Quixeramobim-QUIPREV, conforme especificações em anexo.

1.2. Constituem Anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- 1.2.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 1.2.2. Anexo II – Minuta da Proposta;
- 1.2.3. Anexo III – Minuta do Contrato;
- 1.2.4. Anexo IV – Modelo de Declarações.

2.0. DAS CONDIÇÕES E DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderá participar do presente certame licitatório pessoa jurídica devidamente cadastrada, na Prefeitura Municipal de Quixeramobim, ou não cadastrada, que atender a todas as condições exigidas

para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

2.1.1. Não poderá participar pessoa jurídica com falência decretada, declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

2.1.2. Não será admitida a participação de interessados, sob a forma, de consórcio e não sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si.

2.1.3. Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório.

2.1.4. A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste Edital e em seus anexos.

2.1.5. A interessada em participar da licitação deverá apresentar proposta para o objeto que compõe o Anexo I;

2.1.6. Não será admitido o encaminhamento de documentos de habilitação/proposta de preços via fac-símile, por meio eletrônico ou similar, sendo admitido a via postal, desde que apresentada em tempo hábil, sendo que a Presidente da Comissão de Licitação não se responsabilizará pela entrega em local diverso do local da realização do certame.

2.1.7. Após o recebimento dos envelopes, não serão aceitas juntadas ou substituição de quaisquer documentos, nem retificações de preços ou condições.

2.1.8. O recebimento dos envelopes não conferirá aos proponentes qualquer direito contra o Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV.

2.2. A observância das vedações é de inteira responsabilidade da licitante, que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

2.3. O instrumento convocatório será publicado em jornal de grande circulação, no Diário Oficial do Estado do Ceará, no Portal das Licitações-TCM (IN 04/2015) e permanecerá afixado no quadro de Avisos do Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV. Sua cópia poderá ser obtida junto à Comissão de Licitação, na Rua Monsenhor Salviano Pinto, 707, Centro, Quixeramobim – CE, no horário de 08:00 às 12:00 e das 14:00 as 18:00 horas, gratuitamente através do endereço eletrônico: www.tcm.ce.gov.br.

2.4. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, nem desobrigam a sua execução.

3.0. DA APRESENTAÇÃO DOS “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” E DA “PROPOSTA DE PREÇOS”

3.1. Cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 02 (dois) conjuntos de documentos, a saber: “Documentos de Habilitação e de Proposta de Preços”.

3.1.1. Os conjuntos de documentos relativos à Habilitação e à Proposta de Preço deverão ser entregues separadamente, em envelopes opacos e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número do CNPJ, o objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos (Documentos de Habilitação e Proposta de Preços), na forma dos incisos I e II a seguir:

I – Envelope contendo os relativos aos Documentos de Habilitação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



TOMADA DE PREÇOS Nº 16.001/2017-TP
ENVELOPE 01 - "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"
IDENTIFICAÇÃO/CNPJ

II – Envelope contendo os relativos a Proposta de Preços:

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 16.001/2017-TP
ENVELOPE 02 - "PROPOSTA DE PREÇOS"
IDENTIFICAÇÃO/CNPJ

4.0. DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1. Os envelopes "Documentos de Habilitação" e "Propostas de Preços" deverão ser entregues na Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Quixeramobim/Ce, localizada na Rua Monsenhor Salviano Pinto, 707 – Centro, na data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório.

4.2. A Comissão de Licitação não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso do expresso no item 4.1., e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório.

4.3. A abertura dos envelopes "Proposta de Preços" será feita no mesmo local indicado no preâmbulo, em data e hora a serem comunicados com antecedência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas.

4.4. Na sessão de abertura dos envelopes "Documentos de Habilitação" poderão ser abertos os envelopes "Proposta de Preços", se, presentes os prepostos de todas as licitantes, desistirem expressamente do interpor recursos de decisões referentes à fase de habilitação, nos termos do art. 43, inc. III e artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

4.5. A licitante que se fizer representar deverá apresentar documento, credenciando seu representante para tal fim, considerando-o com poderes para praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, exceto os expressamente vedados, devendo esse expediente ser entregue pelo próprio preposto.

4.6. Considera-se como representante qualquer pessoa credenciada pela licitante, mediante procuração pública ou particular, para manifestar-se em seu nome, procurações estas com identificação do número do processo licitatório.

4.7. Somente o representante credenciado poderá usar da palavra, apresentar reclamações e assinar Atas, bem como renunciar ao direito de interpor recurso.

4.8. As licitantes deverão apresentar por escrito as manifestações que julgarem necessárias as quais serão anexadas às Atas de abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta".

5.0. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1. As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, em original ou cópia legível autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de Imprensa Oficial, com vigência plena até a data fixada para a abertura dos envelopes — Documentação:

5.2. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:



a) Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela Prefeitura Municipal de Quixeramobim, dentro do prazo de validade e compatível com o objeto da licitação;

5.2.1- Cédula de identidade do responsável legal ou signatário da proposta.

5.2.2- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todos os aditivos, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais ou o Registro Comercial em caso de empresa individual, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da ata da assembléia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

5.2.3- Prova de inscrição na:

a) Fazenda Federal (CNPJ).

5.2.4- Alvará de Funcionamento dentro do prazo de validade.

5.3. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

5.3.1- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

a) A comprovação de quitação para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida nos moldes da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02.10.2014;

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

5.3.2- Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS, e

5.3.3- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho.

5.3.1. as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.3.1.1. havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 10 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

5.3.1.2. a não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata e Contrato ou revogar a licitação.

5.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

5.4.1- Tratando-se de Sociedade Anônima, publicação em Diário Oficial ou jornal de grande circulação ou cópia autenticada do Balanço Fiscal correspondente ao último exercício social encerrado, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do licitante, com as respectivas demonstrações de Contas de Resultados. Os demais tipos societários deverão apresentar

cópias autenticadas do Balanço Patrimonial (inclusive termos de abertura e encerramento), na forma da Lei, reservando-se à Comissão o direito de exigir a apresentação do Livro Diário para verificação dos valores, assinados por contador habilitado. O Balanço deverá acompanhar a Certidão de Regularidade Profissional - CRP do Contador que assina o documento, dentro de seu prazo de validade.

5.4.2- Comprovação da boa situação financeira será baseada na obtenção de índice de **Liquidez Geral (LG)** maior ou igual a um, resultantes da aplicação da seguinte fórmula:

ONDE: AC : ATIVO CIRCULANTE

$$LG = \frac{AC+RLP}{PC+ELP}$$

PC : PASSIVO CIRCULANTE

ELP : EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

RLP : REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

5.4.3- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.5.1- Pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com firma do emitente reconhecida em cartório, devidamente averbado no Conselho de Classe condizente com o objeto desta licitação, que comprove que o(a) licitante tenha prestado ou esteja prestando serviços de natureza e espécie condizentes com o objeto desta licitação, especificados no anexo I deste edital.

a) A Administração se reserva no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

5.5.2 - Comprovante de inscrição e de regularidade de pessoa jurídica, junto ao Conselho de Classe condizente com o objeto desta licitação;

5.5.3 - Comprovante de Inscrição e Regularidade do sócio/titular, junto ao Conselho de Classe condizente com o objeto desta licitação;

5.6. OUTRAS EXIGÊNCIAS:

5.6.1. Declarações, conforme anexo IV deste edital.



5.7. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

5.7.1. A certidão que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão;

5.8. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital, salvo-se, os casos previstos quanto as prerrogativas de ME ou EPP (LC 123/2006).

5.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Presidente da Comissão de Licitação poderá suspender a sessão, informando nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.10. Os documentos mencionados acima não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de cópias em fac-símile, mesmo autenticadas.

5.11. Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, grampeados ou encadernados e/ou numerados na ordem prevista neste Edital.

5.12. A Comissão de Licitação não autenticará cópias de documentos exigidos neste Edital.

5.13. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ preferencialmente, e com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

5.13.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

5.13.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou; se o licitante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número do CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

5.13.3. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da Matriz.

6.0. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. O envelope Proposta de Preços deverá conter a relação do objeto, sua discriminação conforme o edital, contendo os seus respectivos preços em algarismos, em uma única via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, em papel devidamente identificado com o número de inscrição no CNPJ, nome do representante legal e CPF, ou timbre impresso do licitante, devendo suas folhas ser rubricadas e numeradas, dela constando, obrigatoriamente:

6.1.1. Preço unitário e global;

6.1.2. A identificação, telefone, e-mail e endereço do licitante;

6.1.3. Indicação do prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.1.4. O Prazo de execução dos serviços que será até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos termos da legislação em vigor.



- 6.1.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.
- 6.1.6. As Propostas de Preços serão consideradas de acordo com o Anexo I deste Edital, expressa em Real (R\$), em algarismos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, estada, deslocamentos de pessoal, toda a infraestrutura, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto da licitação.
- 6.1.7. Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e globais, prevalecerão os primeiros.
- 6.1.8. A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições deste instrumento e total sujeição às legislações pertinentes.
- 6.1.9. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou reservado, que possa, ainda que indiretamente, elidir os princípios que regem o procedimento licitatório, conforme estabelece o Estatuto da Licitação Pública.
- 6.1.10. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- 6.1.11. Não serão admitidos preços ofertados a nível simbólico, irrisório ou igual ao valor zero.
- 6.1.12. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, ou ainda, apresentem preços manifestamente inexequíveis.
- 6.1.13. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto a seu mérito, a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condição de pagamento ou quaisquer outras que importem em modificações dos seus termos originais.

7.0. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

- 7.1. A presente Licitação na modalidade Tomada de Preços será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 7.2. Recebidos os envelopes "1 - Documentos de Habilitação", "2 - Proposta de Preços", proceder-se-á a abertura e a análise dos envelopes referentes à documentação.
- 7.3. Em seguida será dado vistas dos documentos aos licitantes para que rubriquem e procedam, se quiserem, ao exame e se utilizem das faculdades outras previstas na Lei.
- 7.4. Divulgado o resultado da habilitação, a Comissão, após obedecer ao disposto no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei de Licitações, salvo desistência expressa, fará a devolução aos inabilitados, dos seus envelopes- proposta de preços lacrados.
- 7.5. Abertura das propostas de preços das licitantes habilitadas que serão examinadas pela Comissão e licitantes presentes.
- 7.6. Divulgação do resultado do julgamento da proposta de preços e observância ao prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, salvo desistência expressa.
- 7.7. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.
- 7.8. Após a execução dos envelopes pelos licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos.
- 7.9. Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela Comissão de Licitação, constarão obrigatoriamente da respectiva Ata.



7.10. É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta.

7.11. Será lavrada Ata circunstanciada durante todo o transcorrer do processo licitatório, que será assinada pela Comissão de Licitação e pelos licitantes presentes, conforme dispõe § 1º do art. 43 da Lei de Licitações.

7.12. Não havendo possibilidade de apreciação imediata da documentação, a Comissão suspenderá os trabalhos e divulgará o resultado, de habilitação e/ou de classificação, nos meios de imprensa que ao Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV dispuser.

8.0. DO JULGAMENTO (PROPOSTAS DE PREÇO)

8.1. Para o julgamento da proposta mais vantajosa, levar-se-á em conta, como fator determinante, menor preço global desde que observadas às especificações e outras estabelecidas neste instrumento convocatório e na legislação pertinente.

8.2. Será desclassificada a proposta que:

8.2.1. não atenda aos requisitos deste instrumento convocatório;

8.2.2. apresente preço simbólico de valor zero, superestimado ou manifestamente inexequível, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no art. 44 e art. 48, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;

8.2.3. apresente preço baseado em outra(s) proposta(s), inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor;

8.2.4. contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidade ou defeito de linguagem capazes de dificultar o julgamento;

8.2.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á nos termos do § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93.

8.2.6. Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme instrumento convocatório, serão adotados os seguintes procedimentos:

8.2.7. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que o valor apurado das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.2.8. A microempresa ou empresa de pequeno porte, utilizando-se o direito de desempate, deverá abster-se do uso desta prerrogativa caso a sua receita bruta anual já tenha excedido, no ano calendário anterior, o valor de que trata o inciso II do § 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sob pena de nulidade e das responsabilidades cabíveis

8.2.9. Na análise da (s) proposta (s) não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

8.2.10. No julgamento da (s) proposta (s), a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

8.2.11. A Comissão Permanente de Licitação poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

9.0. DA ADJUDICAÇÃO

9.1. A adjudicação da presente licitação ao(à) licitante vencedor(a) será efetivada, obedecendo à ordem classificatória, depois de ultrapassado o prazo recursal.

10.0. DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO

10.1. O contrato a ser firmado com a licitante adjudicatária em regime de preço unitário e incluirá as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos, necessárias à fiel execução do objeto desta licitação.

10.2. O Contrato resultante da presente licitação terá validade e eficácia da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei Geral das Licitações.

10.3. O prazo de execução do objeto será 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei Geral das Licitações.

10.4. Os preços poderão ser reajustados, quando transcorridos 12 (doze) meses do contrato, contados da apresentação da proposta de preços, conforme índice de inflação, nos termos da Lei 10.192/2001.

11.0. DO PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente após a execução dos serviços, com a devida documentação fiscal;

11.1.1. Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil.

11.2. O objeto será atestado e pago pelo Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV, nos prazos e na forma estabelecidos na minuta do Termo de Contrato.

11.3. O pagamento será efetuado, em até o 30º (trigésimo) dia, contados da data do recebimento da Nota Fiscal, diretamente pelo Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV.

11.4. Os pagamentos somente poderão ser realizados com a devida apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

12. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

12.1. Os serviços deverão ser executados a critério da Contratada, desde que obedecidas todas as normas e prazos contidos no instrumento convocatório, estando a Contratante obrigada a prestar todas e quaisquer informações, se necessário, quanto ao bom cumprimento da obrigação pela Contratada.

12.2. Os serviços deverão abranger toda e qualquer necessidade que assim o departamento demandar.

12.3. A fiscalização do Contrato será exercida por servidor designado pela Contratante.

12.4. O recebimento se dará após a verificação das formalidades legais exigidas no presente objeto contratual, assim por servidor designado pela Administração, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias.

12.5. Considerando a rejeição do objeto, a Administração deverá expor suas razões sendo a Contratada fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

13.0. DAS PENALIDADES

e ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar com o Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude, perder o direito prévio do contraditório e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade competente, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e demais sanções legais.

Ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento das obrigações assumidas, omissão das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

a) a multa de que trata o inciso I do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos

casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;

b) a multa de que trata o inciso II do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos casos em que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da licitação, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

c) a multa de que trata o inciso III do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos casos em que não sejam recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Documentos de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com o modelo em anexo (a ser preenchido de acordo com o modelo em anexo);

d) a multa de que trata o inciso IV do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso e/ou interrupção de execução, calculada a 10% do mesmo valor;

e) a multa de que trata o inciso V do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula contratual não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na

ocorrência de participação em licitação e impedimento de contratar com o Inst. de Prev. Social do Município de Quixeramobim-QUIPREV, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) a multa de que trata o inciso VI do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada em caso de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento das obrigações assumidas, omissão das informações prestadas, garantida a prévia defesa, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos sofridos, observado o prazo da sanção aplicada com base nos incisos anteriores.

g) a multa de que trata o inciso VII do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada em caso de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 13.2 do Edital e para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

h) a multa de que trata o inciso VIII do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada em caso de recurso, a ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias após a publicação do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será exigido o pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de recursos, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito em dívida ativa e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos legais.

i) as penalidades previstas nos itens supra, poderão ser aplicadas às licitantes que, em razão do

comportamento, não puderem participar da licitação;

j) a multa de que trata o inciso IX do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada em caso de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento das obrigações assumidas, omissão das informações prestadas, garantida a prévia defesa, em virtude de

fraude praticada, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.7. A licitante adjudicatária que se recusar injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 03 (três), dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

13.8. As sanções previstas no item 13.7 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

14.0. DA RESCISÃO

14.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas alterações posteriores.

14.2. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, pela Contratada, assegurará à Contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

14.3. Os procedimentos de rescisão contratual, determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da interessada para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

14.3.1. Não caberá recurso quando a rescisão contratual for amigável, devendo a mesma ser apenas autorizada e justificada pela autoridade competente.

14.4. É dever da Contratada reconhecer os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei de Licitações.

15.0. DOS RECURSOS

15.1. Das decisões da Comissão de Licitação caberão recursos, nos termos do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93, após a divulgação dos resultados nos meios de imprensa que o Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV dispuser.

15.2. Quaisquer recursos a esta licitação deverão ser interpostos no prazo legal, dirigidos a Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, podendo ser protocolizados na sala da Comissão de Licitação.

15.3. A Comissão de Licitação não se responsabilizará por recursos endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso do indicado, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

15.4. Interposto recurso, dele será dada ciência às licitantes, através de publicação nos órgãos de imprensa que o Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV dispuser, na forma da Lei, que poderão impugná-lo no prazo previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

15.5. A impugnação aos termos do instrumento convocatório poderá ser interposta por qualquer cidadão ou licitante nos prazos estabelecidos no artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93, dirigida à Comissão de Licitação.

15.6. O poder de representação do signatário do instrumento de recurso ou das impugnações aos recursos e aos termos do instrumento convocatório deverá ser comprovado.

16.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

16.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

16.3. Providenciar os pagamentos à Contratada, à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, pelo setor competente.

17.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as condições e prazos estabelecidos na proposta.

17.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato.

17.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista sob nº 1601.09.122.1601.2.104 –Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Sub elemento: 3.3.90.39.05 - fonte de recursos (005-recursos ao RPPS).

19.0. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo e/ou no seu julgamento, ou revogada por conveniência da Administração, por decisão fundamentada, em que fique evidenciada a notória relevância de interesse do Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV, sem que caiba aos licitantes qualquer indenização.

19.2. É vedado ao servidor dos órgãos e/ou entidades da Administração Pública da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, Autarquias, Licitantes Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal de Quixeramobim, participar como licitante, direta ou indiretamente por si, ou por interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação.

19.3. A homologação da presente Licitação será feita pela autoridade competente, conforme disposto no artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93.

19.4. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas com relação a este Edital e seus anexos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos da legislação pertinente.

19.5. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste certame na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

19.6. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificados e envelopes "Proposta" das licitantes inabilitadas.

19.7. Para análise da documentação ou proposta, a Comissão de Licitação poderá promover diligência junto aos licitantes, para fins de esclarecimentos, cujos documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório.

19.8. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação ou desclassificação da licitante.

19.9. Se o licitante considerado vencedor deixar de assinar o contrato ou o termo equivalente no prazo de 03 (três), dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, sem que tenha solicitado prorrogação de prazo mediante justificativa, por escrito, e aceita pelo Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV, poderão ser convocados as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, podendo optar por revogar a licitação, nos termos do art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

19.10. As solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhadas *por escrito* em até 48 (quarenta e oito) horas antes da abertura dos envelopes, a Comissão Permanente de Licitação, na Rua Monsenhor Salviano Pinto, 707 – Centro, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

19.11. A Comissão de Licitação não concederá tolerância após a hora marcada para o início da licitação.

19.12. No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, fica assegurado a autoridade competente:

19.12.1. Alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente Tomada de Preços, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente;

19.13. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica participante do certame, visando a obter informações e aferir *in loco* a infraestrutura da empresa/licitante.

19.14. Fica eleito o foro da Comarca de Quixeramobim, Estado do Ceará, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Quixeramobim/CE, 17 de agosto de 2017



Mirlla Maria Saldanha Lima
Presidente da Comissão de Licitação

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

1.1. A presente licitação sob a modalidade Tomada de Preços tipo menor preço por item tem como objeto a contratação de serviços especializados em assessoria administrativa e previdenciária e licenciamento mensal de software de gestão previdenciária para atender as necessidades do Instituto de Previdência dos Servidores do município de Quixeramobim - QUIPREV, tudo em conformidade com as especificações e quantitativos contidos neste termo.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO:

2.1. O Instituto de Previdência do Município de Quixeramobim – IPM, órgão responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais ocupantes de diversos cargos efetivos do Município, Câmara Municipal e das Autarquias municipais, vem buscar menor preço para Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em assessoria administrativa e previdenciária com objetivo de disponibilizar suporte técnico que melhore a qualidade dos serviços prestados pelo QUIPREV e torne mais eficientes os processos administrativos, operacionais e previdenciários, permita a elaboração e envio dos diversos demonstrativos exigidos pelo Ministério da Previdência Social com o objetivo de obter e manter a regularidade previdenciária do RPPS disponibilize orientação técnica aos servidores do QUIPREV na execução dos procedimentos administrativos internos, suporte técnico na elaboração de termos de acordo de parcelamentos entre o RPPS e o Ente federativo, orientação aos Conselhos fiscal e administrativo do RPPS, no acompanhamento e fiscalização dos atos administrativos, suporte técnico na formalização de processos de concessão de benefícios previdenciários, conforme determina a legislação vigente, e Manter atualizado o Regime no tocante à Legislação Federal Previdenciária, Instruções e Orientações Normativas emitidas pelo Ministério da Previdência Social e Tribunal de Contas do Estado, entre outras que venham a disciplinar normas para os RPPS, sugerindo as alterações necessárias na legislação municipal, disponibilização de licenciamento mensal de cessão de direito de uso de software, incluindo suporte e manutenção corretiva e evolutiva, conforme normatizações legais, do software integrado de gestão previdenciária específico para RPPS com módulos de RH-Previdenciário, controle pericial, controle de investimentos, controle financeiro, incluindo calculo de média e ferramenta GED, como também o hospedagem e atualização do site do RPPS, reduzindo custos com o gerenciamento integrado de informações, tornando mais confiáveis e disponíveis em tempo hábil para a tomada de decisões.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA DO SOFTWARE DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA INTEGRADO E QUANTITATIVOS DO OBJETO:

3.1. Características Operacionais do Sistema:

3.2. O sistema deverá possuir características multiusuários, e deve ser desenvolvido para a plataforma Web, sendo composto por módulos independentes, que funcionam de forma integrada: Cadastros, Financeiro (Arrecadação), Benefícios (Simulação e Concessão), Serviços on-line (Auto-Atendimento) ao

Servidor, Folha de Pagamentos dos Servidores Ativos e Inativos, Web-site, Pericia Medica e Controle de Processos e Protocolo, permitir integração com o SIPREV.

3.3. Documentação.

3.3.1. Documentação, incluindo:

3.3.1.2.- Manual do Usuário com informações completas sobre os procedimentos do sistema

3.3.1.3.- Manual de Operação com a descrição de todas as rotinas "batch" e de segurança.

3.3.2. Adaptação, complementação e atualização da documentação referida no item anterior, para que o sistema processe, no mínimo, as funções descritas em anexo.

3.4. Conversão dos dados atuais para o novo Banco de Dados, incluindo programação e carga e considerando que, eventualmente, algumas informações estejam incompletas.

3.5. Implantação do sistema com todas suas funções.

3.6. Treinamento dos usuários.

3.7. Características técnicas do sistema:

3.7.1. A arquitetura do sistema multicamadas.

3.7.2. O sistema é multiusuário, modular e multiplataforma desenvolvido em linguagem *Maker*, com interface visual para operar no ambiente Web, permitindo a realização de tarefas concorrentes.

3.7.3. A quantidade de usuários: ilimitada.

3.7.4. O sistema de Gerenciamento de Banco de Dados deveser: *PostGres* versão 8 ou versões mais atuais, se for o caso.

3.7.5. O sistema deve ser integrado, agregando as funcionalidades que suportam as atividades do RPPS, assegurando a unicidade de dados e compatibilidade com a base de dados do RPPS.

3.7.6. O Banco de Dados deve contemplar cadastros únicos, integrados e atualizáveis pelo Sistema, garantindo a integridade referencial e criticam de entradas de dados em datas, CPF e CNPJs. .

3.7.7. Os dados existentes serão compatibilizados para atender à Terceira Forma Normal.

3.7.8. O sistema deveser dispor de ajuda on-line e permitindo navegação entre as telas, tudo de forma padronizada.

3.7.9. O sistema deve possuir relatórios gerenciais configuráveis, podendo ser adaptados durante a fase de implantação as necessidades do RPPS.

3.7.10. Rotinas de Backup e Restore transparentes ao usuário permitindo a realização de backups manuais ou automatizados em períodos definidos pelo usuário.

3.8. SEGURANCA.

3.8.1. O sistema deve possuir rotina de auditoria sobre todas as funções de atualização do banco de dados, registrando data, usuário, estação de trabalho e transações realizadas.

3.8.2. O sistema deve possuir rotinas de segurança, com critérios de senha de acesso a funções, parametrizável em nível de atualização, consultas e emissão de relatórios para usuários por CPF e vinculados aos grupos de usuários.

3.8.3. Restrições e bloqueio de acessos a usuários e vinculação de usuários a unidades orçamentárias.

3.8.4. Deveser suportar criptografia dos dados armazenados no banco de dados.

3.8.5. Deveser suporta criptografia de senhas quando transmitidas por meio de uma rede.

3.8.6. Sistema de controle de acesso por senhas ou por meios de dispositivos biométricos.

3.9. PRINCIPAIS FUNÇÕES DO SOFTWARE DE GESTAO PREVIDENCIARIA INTEGRADA.



3.9.1 CADASTROS.

- 3.9.2. Cadastros dos segurados ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, permitindo a realização das operações de registro, atualização, consulta em tela ou impressa dos dados armazenados;
- 3.9.3. Relatórios impressos da ficha cadastral de ativos, inativos, pensionistas e dependentes dentro de layout estabelecido pelo Instituto;
- 3.9.4. Geral de Previdência Social e outros Regimes Próprios de Previdência Social e as ocorrências funcionais; registro e importação dos dados referentes a vida funcional do servidor ativo, assim como o acompanhamento de todos os trâmites de servidores aposentados, pensionistas e dependentes;
- 3.9.5. Cadastro dos dados dos órgãos empregadores, permitindo o registro, atualização e consulta;
- 3.9.6. Censo Previdenciário para permitir o recadastramento anual de ativos, inativos e pensionistas, possibilitando o registro, controle e emissão de relatórios dos dados armazenados, inclusive formulário e comprovante de recadastramento;
- 3.9.7. Funções de Crítica de duplicidade de inscrição previdenciária para fins de verificação em casos não legalmente acumuláveis; histórico por segurado/beneficiário (ativos, inativos e pensionistas);
- 3.9.8. Registro temporal de dependente e respectivas situações de dependência, manutenção dos dados pessoais dos pensionistas, bem como a consulta dos mesmos; manutenção dos dados pessoais e financeiros, de dependente e/ou beneficiários, bem como a consulta dos mesmos; armazenamento de forma digital dos documentos pessoais do servidor, tais como RG, CPF, certidões; armazenamento de forma digital os documentos pessoais do dependente do servidor, tais como RG, CPF, certidões; foto do servidor; foto do dependente do servidor; impressão digital do servidor; impressão digital do dependente do servidor, associado a rotinas de GED(Gerenciamento eletrônico de documentos).

3.10. FINANCEIRO (Arrecadação).

- 3.10.1 Registro do recolhimento de contribuições previdenciárias de cada servidor e patronal, por fonte pagadora, de forma individualizada;
- 3.10.2 Registro individualizado mensal da remuneração de contribuição do segurado ativos e inativos e dos pensionistas e sua composição e emissão de extrato de contribuições por segurado ativo/inativo/pensionista mensais e anuais conforme Lei 220 de 12 de dezembro de 2005;
- 3.10.3 Emissão de GRPM (Guia de Recolhimento da Previdência Municipal) e respectiva relação de contribuintes do RPPS, com informações de contribuição do empregador e empregado;
- 3.10.4. Emissão de relatório consolidado da arrecadação;
- 3.10.5. Emissão de relatórios para gestão de cobrança de recolhimentos não efetuados;
- 3.10.6. Apuração de IR, controle de licença sem vencimento, emissão certificado de adesão
- 3.10.7 Controle de abono de permanência;

3.11. CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS.

- 3.11.1. Gerenciamento da concessão de diversos tipos de benefícios, possibilitando a simulação de aposentadorias, sem a necessidade prévia de documentação, conforme legislação vigente e tempo de serviço previamente cadastrado; Controlar elegibilidades, Apurar o Tempo de Contribuição, de acordo com a legislação vigente; conversão e revisão de benefícios;
- 3.11.2. Parametrização de regras de concessão, permitindo a análise, concessão e manutenção de benefícios conforme legislação vigente;
- 3.11.3. Emissão de relatórios de aposentados por período, para fins de acompanhamento e monitoração dos processos.

3.12. AUTO-ATENDIMENTO AO SERVIDOR.

3.12.1. Modulo de Serviços *On-line* com funções de Agendamento de Atendimento de Pericias, Manutenção de Ficha de Cadastro do Servidor, Ficha de Contribuições do Servidor (CNIS-RPPS), Comprovante de Pagamento de Benefícios, CTC – Certidão de Contribuição, Requerimento de Benefícios: (Aposentadoria, Pensões, Auxílio-Doença, Licença-Maternidade, Auxílio-Reclusão).

3.13. SITE.

3.13.1. Desenvolvimento, implantação e customização do Site do RPPS do município na Internet, possibilitando aos Segurados, a Administração e aos Órgãos de Controle Externo o acesso as informações do RPPS, atendendo as exigências de transparência das informações e da gestão conforme legislação vigente.

Módulos Integrantes:

3.13.2. Álbum de Fotos: Disponibiliza fotos de interesse do RPPS, organizadas por assunto ou por data. Agenda: Manutenção da Agenda do RPPS, informando todas as datas de eventos importantes.

3.13.3. Fórum: Permite a participação de todos os visitantes do Site em fóruns de discussões, cujos assuntos são definidos e monitorados pelo próprio RPPS, estimulando a participação e permitindo a capacitação dos servidores quanto aos assuntos previdenciários.

3.13.4. Enquete: Permite a realização de enquetes/pesquisas junto aos usuários do site para identificação/mensuração de tendências sobre assuntos de interesse do RPPS.

3.13.5. Portal Oficial do Município: Acesso ao Portal/Site oficial do município.

Notícias: Acesso e atualização instantânea de noticias referentes a Previdência, governo Federal e Estadual e atualidades.

3.13.6. Publicações Oficiais: Legislação previdenciária municipal e federal (MPS); Atas e Resoluções do Conselho Municipal de Previdência; Acesso ao Certificado de Regularidade Previdenciária e ao Extrato Previdenciário do RPPS direto do site oficial do MPS; Investimentos: Políticas de Investimento; Demonstrativo de Evolução do Patrimônio, Atos de Concessão de Benefícios Previdenciários

3.13.7. Portal da Transparência disponibilizando todas as informações referentes às despesas e receitas do Instituto – Portal da Transparência em atendimento a Lei Complementar 131, de 27 de JUNHO de 2009.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
01	Contratação de serviços especializados em assessoria administrativa e previdenciária para atender as necessidades do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Quixeramobim- QUIPREV.	MÊS	05



02	Licenciamento mensal de cessão de direito de uso, manutenção corretiva, evolutiva e alterações seguindo normatizações leis do software integrado de gestão previdenciária específico para RPPS com módulos de RH-Previdenciário, Controle Pericial, Controle de Investimentos, Controle Financeiro, Cálculo de média e GED, desenvolvimento, hospedagem, atualização e suporte do site, para atender as necessidades do instituto de previdência dos servidores do município de Quixeramobim- QUIPREV.	MÊS	05
----	--	-----	----

4. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. Os serviços contratados deverão ser executados imediatamente, a partir do recebimento da Ordem de Serviços e demais despesas necessárias à execução dos serviços ficará às expensas da Contratada.

5. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

5.1. O contrato terá o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2017, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6. PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada.

6.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal / fatura corrigida.

6.3. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.5. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.5.1. Documentação relativa à regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.



7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta, dos recursos oriundos, sob a dotação orçamentária: 1601.09.122.1601.2.104, elemento de despesas 3.3.90.39.00, sub elemento 3.3.90.39.05 e fonte de recursos (005- recursos ao RPPS).

8. VALOR ESTIMADO:

8.1. O valor estimado da presente licitação é de R\$ 44.633,33 (Quarenta e Quatro Mil e Seiscentos e Trinta e Três Reais e Trinta e Três Centavos).



ANEXO II – MINUTA DA PROPOSTA

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Local e data

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
Comissão Permanente de Licitação.

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 16.001/2017-TP

Apresentamos a Vossas Senhorias, nossa proposta de preços, referente à Tomada de Preços em referência, cujo objeto é a **Contratação de serviços especializados em assessoria administrativa e previdenciária e licenciamento mensal de software de gestão previdenciária para atender as necessidades do instituto de previdência dos servidores do município de Quixeramobim-QUIPREV**, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante deste processo pelo valor global de R\$ _____ (_____), com prazo de execução até 31 de dezembro de 2017.

Declaramos, neste ato, nossa inteira submissão aos ditames da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como às cláusulas e condições estabelecidas nesta Tomada de Preços.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR – R\$	
		MENSAL	GLOBAL (__ meses)
01			
VALOR GLOBAL – R\$			

NOME:

ENDEREÇO:

CNPJ/CPF Nº:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF Nº:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 31 de dezembro de 20__.

Atenciosamente,

.....
Carimbo e assinatura



ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO Nº
TOMADA DE PREÇOS Nº

CONTRATO Nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUIXERAMOBIM, ATRAVÉS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA-QUIPREV E A EMPRESA _____, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O Município de Quixeramobim/CE., pessoa jurídica de direito público, através do Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV, CNPJ nº _____, com sede na _____, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Ordenador de Despesas, Sr. _____, abaixo assinado e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº _____, sito a _____, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____ (qualificação), portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, resolvem firmar o presente contrato, como especificado na cláusula primeira, em conformidade com o Processo Licitatório nº _____, na modalidade Tomada de Preços nº _____, do tipo menor preço, regime de execução indireto, empreitada por preço global, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais legislações pertinentes, cada qual naquilo que couber, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços nº _____, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas e no processo administrativo nº _____, devidamente homologado pelo Ordenador de Despesas do Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente contrato a Contratação de serviços especializados em assessoria administrativa e previdenciária e licenciamento mensal de software de gestão previdenciária para atender as necessidades do instituto de previdência dos servidores do município de Quixeramobim-QUIPREV.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE

3.1. A Contratante pagará a Contratada o valor mensal de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor global de R\$ _____ (_____).

3.2. Os preços poderão ser reajustados, quando transcorridos 12 (doze) meses do contrato, contados da apresentação da proposta de preços, conforme índice de inflação, nos termos da Lei 10.192/2001.

4. DA VALIDADE, DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

4.1. O Contrato resultante da presente licitação terá validade e eficácia da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei Geral das Licitações.



4.2. O prazo de execução do objeto será de até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei Geral das Licitações.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária: 1601.09.122.1601.2.104 – Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00; Sub elemento 3.3.90.39.05 – fonte de recursos (005- recursos ao RPPS).

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente após a execução dos serviços, com a devida documentação fiscal;

6.1.1. Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil.

6.2. O objeto será atestado e pago, pelo Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV, nos prazos e na forma estabelecidos no Contrato.

6.3. O pagamento será efetuado, em até o 30 (trigésimo) dia, contados da data do recebimento da Nota Fiscal, diretamente pelo Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV.

6.4. Os pagamentos somente poderão ser realizados com a devida apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

7. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

7.1. Os serviços deverão ser executados a critério da Contratada, desde que obedecidas todas as normas e prazos contidos no instrumento convocatório, estando a Contratante obrigada a prestar todas e quaisquer informações, se necessário, quanto ao bom cumprimento da obrigação pela Contratada.

7.2. Os serviços deverão abranger toda e qualquer necessidade que assim o departamento demandar quanto à execução dos serviços.

7.3. A fiscalização do Contrato será exercida por servidor designado pela Contratante.

7.4. O recebimento se dará após a verificação das formalidades legais exigidas no presente objeto contratual, assim por servidor designado pela Administração, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias.

7.5. Considerando a rejeição do objeto, a Administração deverá expor suas razões, devendo a Contratada fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.6. É vedada a subcontratação;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.



8.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso e/ou interrupção na execução do objeto, limitada a 10% do mesmo valor;

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Inst. de Prev. dos Serv. do Município de Quixeramobim-QUIPREV, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos incisos anteriores.

8.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 8.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

8.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer *jus*. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

8.5. As sanções previstas nos itens supra, poderão ser aplicadas às licitantes que, em razão do contrato objeto desta licitação:

I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

8.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 8.2 supra poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas alterações posteriores.

9.2. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, pela Contratada, assegurará à Contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

9.3. Os procedimentos de rescisão contratual, determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da interessada para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

9.3.1. Não caberá recurso quando a rescisão contratual for amigável, devendo a mesma ser apenas autorizada e justificada pela autoridade competente.

9.4. É dever da Contratada reconhecer os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei de Licitações.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

10.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.

10.3. Providenciar os pagamentos à Contratada, à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, pelo setor competente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as condições e prazos estabelecidos na proposta.

11.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato.

11.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.5. A Contratada atenderá consultas telefônicas, por mensagens instantâneas, por escrito ou em visita direta à Contratante, dirimindo todas as dúvidas sobre como melhor usar os programas, e processos internos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº _____, Tomada de Preços nº _____, que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á a rigorosa obediência ao Edital e seus anexos, a Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e a proposta de preços da Contratada, parte integrante do presente instrumento contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Quixeramobim/CE, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro - estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, perante 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, que



também o subscrevem.

Quixeramobim/CE, _____ de _____ de 2017

CONTRATANTE

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

01. _____

Nome:

RG:

CPF:

02. _____

Nome:

RG:

CPF:



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES
PROCESSO Nº
TOMADA DE PREÇOS Nº**

DECLARAÇÃO

a) DECLARAMOS, para todos os fins e sob as penas da lei, que não executamos trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menores de dezoito anos e de qualquer trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e de conformidade com a exigência prevista no inciso V, do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

b) Sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste Edital e seus Anexos;

c) Que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93. Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

.....(CE), de..... de 20.....

DECLARANTE

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa.